# INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL • 2011

Novembro de 2011 • Volume 23 • Número 11





# Artigo

As Crises Internacionais e seus Impactos na Previdência Social

#### Nota técnica

Resultado do RGPS de Outubro de 2011



#### Ministro da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

#### Secretário Executivo

Carlos Eduardo Gabas

#### Secretário de Políticas de Previdência Social

Leonardo José Rolim Guimarães

#### Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social

Rogério Nagamine Costanzi

## Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público

Otoni Goncalves Guimarães

#### Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional

Remigio Todeschini

#### Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários

Emanuel de Araújo Dantas

#### Corpo Técnico

Carolina Verissimo Barbieri

Edvaldo Duarte Barbosa

Graziela Ansiliero.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

# Correspondência

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408

E-mail: cgep@previdencia.gov.br



# AS CRISES INTERNACIONAIS E SEUS IMPACTOS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

# Introdução

O mundo tem passado por diversas crises financeiras que assolam os mercados desregulados e agravam a instabilidade inerente ao capitalismo globalizado. O Brasil não tem sido imune aos efeitos negativos dessas crises, que, no período de 1995 a 2010, tiveram conseguências diversas nos setores financeiro, produtivo e no mercado de trabalho do país.

As crises financeiras internacionais impactam diretamente o mercado formal de trabalho, cuja estruturação e evolução têm evidentes relações com a Previdência Social. Os indicadores econômicos revelam que a taxa positiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a partir de certo patamar, apresenta uma relação direta com a formalização de contratos previdenciários - de empregados e de outros vínculos contributivos: o comportamento favorável do mercado de trabalho formal é um dos fatores que faz aumentar a arrecadação previdenciária.

Esse artigo traz uma análise simplificada das principais crises internacionais ocorridas no período de 1995 a 2010, e seus efeitos nas contas do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, por meio da evolução das receitas e despesas. Esse trabalho está estruturado em quatro partes, além da introdução. A primeira parte faz um resumo das principais crises internacionais do período de 1995 a 2010; a segunda, trata do comportamento do mercado de trabalho nesse período: a terceira, relata a evolução das receitas e despesas previdenciárias e, por último, as considerações finais.

# As crises internacionais de 1995 a 2010

O início da década de 1990 foi marcado com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, ou seja, comecava o fim do socialismo naquele país e nos aliados. Com reformas econômicas, acordos com os EUA e mudanças políticas, o sistema foi se enfraguecendo. Era o fim de um período de embates políticos, ideológicos e militares. O capitalismo, aos poucos, foi avancando nos países socialistas.

O Brasil, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. iniciou o processo de redemocratização, com eleições diretas para Presidente da República. Com o primeiro presidente eleito pelo povo, após o período da ditadura, o país conviveu com a instabilidade econômica, em decorrência, principalmente, do confisco de poupanças e da mudança da moeda. Em seguida, o país passou por sucessivos aumentos da inflação.

No governo seguinte, com a criação do Plano Real, no ano de 1994, o país experimentou a estabilidade econômica. com o fim do processo inflacionário, e a paridade do Real ao Dólar, por meio do estabelecimento de uma banda cambial. Conseguidas às custas de altas taxas de juros e engessamento dos investimentos governamentais, a manutenção dessas duas prioridades provocou o aumentodosinvestimentosespeculativosem detrimento dos produtivos, e propiciou maior concentração de renda e, consequentemente, aumento da pobreza no país. Ao final da década de 1990, o sistema de banda cambial mostrou-se insustentável.

Entre 1995 e 2001, ocorreram crises internacionais associadas à expansão dos mercados financeiros e capitais especulativos, com quebras bancárias e pânico financeiro no México (dezembro de 1994), na qual a situação ruim do balanço de pagamentos levou a uma drástica desvalorização do Peso mexicano em relação ao Dólar. As desvalorizações ocorridas no México deram início a quebras em série em países da Ásia (julho de 1997) e na Rússia (agosto de 1998), que declarou moratória da dívida externa de empresas privadas e abalou bolsas de valores no mundo todo. Em seguida, veio a crise na Turquia (janeiro de 2001) e na Argentina (setembro de 2001). Todas essas crises afetaram a economia brasileira com o chamado efeito

contágio, em função da redução dos empréstimos aos países emergentes, que tiveram como consequências para o Brasil a dependência de capitais voláteis, juros altos, novos empréstimos e negociação de três acordos preventivos com o FMI (1998, 2001 e 2002, por US\$ 41,5 bilhões, US\$ 15,0 bilhões e US\$ 30,0 bilhões, respectivamente).

Nos anos de 2008 e 2009, os EUA sofreram uma grande crise financeira em decorrência de hipotecas subprime, derivativos e ativos financeiros (ações) sobrevalorizados, que geraram a exacerbação do crédito imobiliário e a propagação por meio de derivados desses ativos nos demais mercados. As principais consequências para o Brasil foram a redução dos créditos externos, a desvalorização do Real frente ao Dólar, a retração de investimentos financeiros e a queda nos preços das commodities.

Foi tomado um conjunto expressivo de medidas buscando amenizar os impactos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, bem como sobre o mercado de trabalho e sobre o sistema financeiro. As medidas incluem redução da taxa de juros básica pelo Banco Central, medidas para estimular o crédito, postergação do recolhimento de impostos para aumentar a capitalização das empresas e evitar problemas de liquidez das unidades produtivas, redução de impostos para estimular o consumo, alteração da regulamentação do sistema financeiro de caráter preventivo e outras. É importante destacar que os programas sociais, inclusive aqueles componentes da Seguridade Social, foram mantidos ilesos.

## Principais medidas para debelar a crise em 2008/2009

#### Estímulo ao Crédito/Liquidez

Operações visando estimular o crédito no sistema financeiro nacional e garantir a liquidez, inclusive, em moeda estrangeira, no final de 2008 e começo de 2009, que incluem:

- a) Redução dos compulsórios recolhidos ao Banco Central;
- b) Ampliação do crédito para vários setores como o de exportação, agricultura, construção civil/habitação, indústria automobilística e outros por instituições financeiras oficiais federais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Em especial, houve recursos adicionais para o BNDES no valor de R\$ 100 bilhões para os anos de 2009 e 2010, por meio do caixa do governo, de captações feitas no exterior pelo Tesouro Nacional e pela capitalização do banco. Foram priorizados investimentos nas áreas de gás e energia, bens de capital e infraestrutura, entre outros setores. Também garantiram os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento PAC e da Petrobras;
- c) Mudanças na regulamentação do sistema financeiro em caráter preventivo, como a permissão para o Banco Central para comprar carteiras de crédito de bancos em dificuldades no Brasil, bem como outras instituições financeiras oficiais federais como a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil também foram autorizadas a adquirir participações em instituições financeiras no país sem passar por um processo de licitação;
- d) Leilões de moeda estrangeira feitas pelo Banco Central no mercado de câmbio e outras medidas para garantir a liquidez no referido mercado e evitar, dessa forma, uma desvalorização muito acentuada do Real frente ao Dólar, embora tenha ocorrido alguma;
- e) Estabelecimento de uma linha de swap (troca) de Dólares americanos por Reais no valor de US\$ 30 bilhões, no final de outubro de 2008, pelo Banco Central do Brasil e pelo Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos);
- f) Ampliação das alternativas de aplicação das reservas internacionais do Brasil pelo Conselho Monetário Nacional, ficando o Banco Central autorizado a disponibilizar parte desse dinheiro, por meio dos

- bancos, para as empresas brasileiras que precisaram rolar financiamentos feitos no exterior:
- g) Liberação de,R\$ 5,4 bilhões, também em caráter preventivo, a bancos pequenos para operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, por meio de liberação de recursos do Fundo Garantidor de Crédito - FGC:
- h) Continuação do processo de redução da taxa básica de juros (SELIC) de 13,75% ao ano, em dezembro de 2008, para 8,75% ao ano em julho de 2009.

#### Estímulo ao consumo/investimento e a capitalização das empresas

Redução de impostos para estimular o consumo e ampliação/postergação dos prazos de recolhimento de impostos para as empresas:

- a) Redução, entre dezembro 2008 a setembro 2009, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre veículos automotores, setor que havia sido duramente afetado pela crise e pela contração do crédito no final de 2008, mas que, no primeiro semestre de 2009, deu sinais de recuperação:
- b) Em outubro, novembro e dezembro de 2009 a tarifação voltou gradualmente. Em marco de 2009, houve inclusão de outros setores (produtos básicos da construção civil, material escolar, eletrodomésticos) na redução do IPI. A redução na chamada linha branca, de eletrodomésticos como geladeira e fogão, foi até outubro de 2009. Os cortes para material de construção foram até o fim de 2009. Foram incluídos os vergalhões, que não estavam na lista original de desconto de imposto;
- c) Como forma de financiar a redução das alíquotas sobre esses setores industriais, elevou-se a alíquota dos impostos sobre o consumo de cigarros;
- d) Adiamento do prazo de recolhimento de impostos federais para melhorar a capitalização/liquidez das

- empresas. O corte de PIS e COFINS para trigo, farinha e pão foi até o fim de 2010;
- e) Redução das alíquotas de imposto de renda sobre as pessoas físicas, como forma de estimular o consumo;
- f) Redução de Imposto sobre Operações Financeiras IOF parapessoasfísicascomoformadeestimularoconsumo. tornando mais barato o custo dos financiamentos:
- g) Expansão do prazo de pagamento do segurodesemprego;
- h) Aumento dos investimentos públicos por meio do PAC, incluindo a antecipação de programa para a habitação/construção civil com a previsão de construção de 1 milhão de imóveis;
- i) Considerando todas as receitas destinadas à Seguridade Social (assistência, saúde e previdência social), pode-se dizer que esse segmento foi afetado porque alguns impostos, cuja arrecadação é destinada à Seguridade, tiveram seus prazos de recolhimento adiado, como já colocado anteriormente. Porém, foi mantido o índice de reajuste anual dos benefícios, inclusive do salário mínimo, injetando-se mais recursos financeiros (aproximadamente R\$ 8 bilhões) na economia. A regra de reajuste do salário mínimo, negociado em 2006 com as Centrais Sindicais, tem como critérios o repasse da inflação do período, mais o aumento real pela variação do PIB com defasagem de dois anos. Também se manteve outro ponto do acordo com as Centrais Sindicais, qual seja: a antecipação gradativa do mês no qual ocorre o ajuste anual do salário mínimo e das aposentadorias (em 2008 março, em 2009 fevereiro, em 2010 janeiro). Modificou-se a regra do crédito consignado para aposentados e pensionistas, aumentando a margem para uso dessa modalidade mais barata de crédito em substituição ao crédito de linha mais caro. Por fim, antecipou-se o programa de instalação de 720 novas agências da Previdência Social, o que aumenta o volume de recursos aplicados em obras públicas.

#### Aumento de investimentos públicos

Dentre tantas outras frentes de trabalho, antecipou-se o programadeinstalaçãode720novasagênciasdaPrevidência Social, o que aumenta o volume de recursos aplicados em obras públicas e gera aumentos de investimentos públicos futuros, quando do início do funcionamento das agências (novos servidores, por exemplo).

# Manutenção da política de valorização do salário mínimo

O índice de reajuste anual dos benefícios foi mantido, inclusive do salário mínimo, injetando-se mais recursos financeiros (aproximadamente R\$ 8 bilhões) na economia. A regra de reajuste do salário mínimo, negociado em 2006 com as centrais sindicais, tem como critérios o repasse da inflação do período, o aumento real pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) com defasagem de dois anos. Também se manteve outro ponto do acordo com as centrais sindicais, qual seja: a antecipação gradativa do mês no qual ocorre o ajuste anual do salário mínimo e das aposentadorias (em 2008 março, em 2009 fevereiro, em 2010 janeiro).

O Brasil tem adotado, basicamente, as mesmas medidas adotadas pelos demais países. As políticaschave para enfrentar a crise têm sido, principalmente, de cunho macroeconômico, e algumas sociais. Dentre elas, medidas monetárias e fiscais anticíclicas, como diminuição de impostos, facilitação do crédito, ajuda para o pagamento de hipoteca e empréstimos a grandes empresas com risco de falência. O propósito de quase todas as medidas é conter o desemprego, gerar renda e estimular a demanda, e elas contam ainda com planos de emprego de emergência (promoção de trabalho intensivo, emprego em infraestrutura), trabalhos para mulheres, subsídios a empresas que retenham seus funcionários, qualificação profissional e prorrogação de seguro-desemprego, crédito e isenção de impostos a pequenas e médias empresas, e fomento do trabalho decente, incluindo-se aí a manutenção do poder aguisitivo do salário mínimo (MESA-LAGO, 2009).

#### Mercado de Trabalho

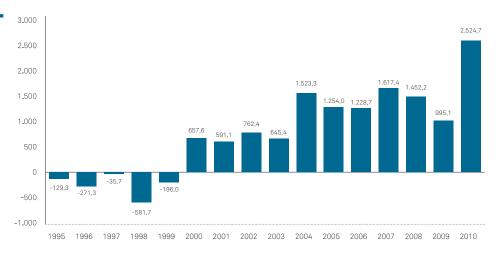
No período de 1995 a 1999, que foi de grandes crises no cenário internacional, o Brasil passou por sucessivas quedas no estoque de empregos formais, aumento da informalidade e da desproteção previdenciária para amplos segmentos do mercado de trabalho urbano, enquanto os níveis reais médios de renda do trabalho e a sua distribuição pioraram. Todos esses fatores foram marcados por sobrevalorização do Real frente ao Dólar e pelo diferencial positivo e elevado entre as taxas de juros domésticas e internacionais.

No início dos anos 2000, o País ainda sofreu os reflexos das crisesocorridas na Turquia e na Argentina, mas ocorreu uma reversão na tendência de queda no estoque de empregos formais dos anos anteriores, ou seja, a economia brasileira operou em contexto mais favorável, principalmente no comércio internacional, que permitiu certo arrefecimento das tendências anteriores para as principais variáveis do mercado de trabalho. Os níveis absolutos e relativos de desemprego pararam de subir no mesmo ritmo que antes, a informalidade das relações de trabalho e o grau de desproteção previdenciária começaram a dar sinais de diminuicão, sobretudo depois de 2001.

O Gráfico 1 mostra a evolução do saldo de emprego formal, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE). De 1995 a 1999, o saldo da mão-de-obra empregada foi negativo, principalmente no ano de 1998, que apresentou a maior reducão no mercado formal de trabalho desse período (-581,7 mil empregos), provocado possivelmente pela moratória da dívida externa de empresas privadas da Rússia, que abalou com as bolsas de valores no mundo todo. A partir de 2000, o mercado de trabalho formal no Brasil passou a apresentar saldos positivos, chegando, em 2010, a 2.524.678 novos postos de trabalho, oriundos da geração de 2.136.947 empregos, acrescidos de 387.731 postos de trabalho, que correspondem aos vínculos empregatícios declarados mensalmente fora do prazo de entrega da declaração e os acertos de movimentações, no período de janeiro a novembro, sendo estes passíveis de ajustes mensais.

Gráfico 1
Saldo da mão-de-obra
empregada – 1995
a 2010 (em mil)

Fonte: CAGED/MTE.



O Gráfico 2 mostra a evolução da contribuição previdenciária dos ocupados e a evolução da cobertura social entre as pessoas com idade entre 16 e 59 anos. Percebe-se que, de 1995 a 2002, ocorre queda significativa no percentual de pessoas protegidas, passando de 64,5%, em 1995, para 61,7%, no ano de 2002. Já entre 2002 e 2009, os percentuais registrados de pessoas protegidas revertem a tendência de queda observada no período anterior, ou seja, em 2009, esse percentual chegou a 66,9%. Com relação à evolução da contribuição previdenciária, observa-se que, de 1995 a 1999, o percentual de contribuição previdenciária das pessoas ocupadas permaneceu praticamente invariável. Já a partir de 2002, o nível relativo de contribuintes previdenciários ocupados apresenta crescimentos contínuos, passando de 48,6%, em 2002, para 57,4%, em 2009.

#### Gráfico 2

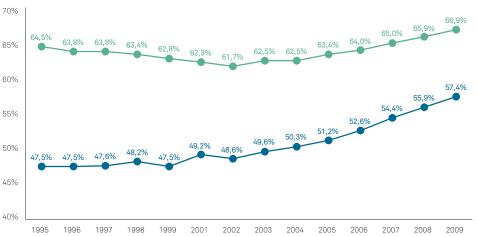
Evolução da cobertura social e da contribuição previdenciária dos ocupados com idade entre 16 e 59 anos

#### Legendas

Cobertura Social

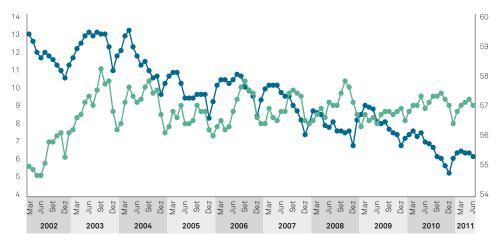
Contribuição Previdenciária

Fonte: PNAD/IBGE (Vários anos) Elaboração: SPPS/MPS.



Os resultados mostram que as medidas de recuperação econômica, expansão do crédito e estímulo ao consumo amenizaram os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia e o mercado de trabalho brasileiro. Em meados de 2009, já havia sinais de recuperação em todos os setores de atividade econômica, com crescimento do nível de emprego em todas as áreas metropolitanas.

Em relação à taxa de desemprego, divulgada pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE – que não cobre o país como um todo, mas as seis principais regiões metropolitanas do país –, aparentemente não foram registrados impactos negativos mais significativos da crise sobre a desocupação. O Gráfico 3 mostra que, mesmo quando a taxa de participação aumenta, a taxa de desocupação permanece em queda, o que significa que o desemprego diminui, mesmo com o aumento de procura por trabalho.



#### Gráfico 3

Taxa de desocupação e taxa de atividade para pessoas acima de 10 anos (PME/ IBGF) – 2002 - 2011

#### Legendas

- Taxa de desocupação
- Taxa de atividade

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE.

# A Previdência Social de 1995 a 2010

No Brasil, a Seguridade está estruturada em três grandes segmentos: Previdência Social, Saúde e Assistência Social, conforme disposto na Constituição de 1988, que introduziu vários princípios de natureza social, com destaque para a universalização da cobertura e do atendimento, ou seja, todos os cidadãos têm garantido o acesso à proteção social. A Carta Magna estabeleceu, também, que haveria um orçamento conjunto para as três áreas da Seguridade Social e que as receitas provenientes de concursos de prognósticos integrariam esse orçamento.

Outra mudança significativa foi a diversificação das fontes de custeio da Seguridade, não mais incidindo somente nas contribuições de empregados e empregadores sobre a folha salarial, mas passando a definir a contribuição sobre o faturamento das empresas

e contribuição sobre o lucro líquido. A folha de salários continua a ter um peso bem major no financiamento da Previdência Social.

Quanto à previdência da área rural, a Constituição também instituiu a idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos, para mulheres, para que os trabalhadores e pequenos produtores rurais passassem a ter direito à aposentadoria no valor de um salário mínimo mensal. Cabe salientar que a Constituição definiu, ainda, que o piso dos benefícios previdenciários e de prestação continuada para todos os segurados seria de um salário mínimo.

O sistema de previdência rural instituído pela Constituição também preserva a antiga forma de custeio, isso é, a contribuição sobre a folha salarial do setor rural - para o empregador, para o empregado e para o autônomo rurais. O sistema também prevê uma contribuição sobre a produção comercializada, que deve ser recolhida pelo comprador, bem como a contribuição incidente sobre a folha de pagamento das empresas urbanas. É importante destacar também que a Constituição assegurou o reajustamento dos benefícios objetivando preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios que seriam definidos em lei ordinária.

O ritmo de crescimento das despesas com benefícios do RGPS, maior que o da arrecadação, foi a principal causa do início do debate sobre a reforma da Previdência Social no Brasil. Com o advento da Lei n.º 8.213/91 (que editou o Plano de Benefícios da Previdência Social), inicia-se o processo de crescimento das despesas com benefícios previdenciários em decorrência, principalmente, do princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, citado na referida Lei, ou seja, a partir dessa Lei, a demanda por benefícios rurais previdenciários cresceu significativamente. Porém, a realidade rural é bem diferente da urbana: apresenta rendimentos em periodicidades diferentes, com irregularidade de fluxos monetários e formas diferenciadas de ocupação (posse, agricultura familiar, assalariamento, etc.). Dado que a pequena agricultura constitui normalmente a maior parte da mão-de-obra rural e esta é vulnerável quanto à sua capacidade de geração de renda, é frequente que parcelas significativas da população ocupada agrícola não tenham capacidade contributiva comparável à população urbana. Dessa forma, as despesas com benefícios rurais previdenciários aumentaram, mas a arrecadação previdenciária não foi suficiente para cobrir essas despesas.

O ano de 1995 foi marcado pelo surgimento do primeiro déficit na Previdência Social, e nesse mesmo ano o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional uma proposta de Emenda Constitucional. Porém, a reforma previdenciária aconteceu em 1998, com a Emenda Constitucional nº 20, que alterou a forma de financiamento do RGPS: ampliou o conceito de rendimentos do trabalho, que passou a incidir sobre o total dos valores recebidos, que até então não eram considerados; possibilitou a incidência de contribuição sobre benefícios; e determinou a utilização da receita ou do faturamento, como base de incidência para o COFINS, dentre outras medidas.

Diversos outros fatores devem ser considerados para explicar a formação do déficit da Previdência Social a partir de 1995. Ocorreu, na década de 1990, um aumento tanto no número de beneficiários quanto no valor real dos benefícios, em grande parte como reflexo da Constituição Federal e das Leis que a regulamentaram. As altas taxas de evasão do sistema e a crise econômica no comeco dos anos de 1990 também tiveram um peso considerável.

Outro fator fundamental para a compreensão do crescimento do déficit da previdência reside na política de concessão de ganhos reais para o salário mínimo realizada após o Plano Real, destacando que, em dezembro de 2010, 68,7% dos benefícios pagos pela Previdência Social possuíam o valor de até um salário mínimo, e 98,6% dos benefícios rurais emitidos para pagamentos estavam na faixa de valor igual ao piso previdenciário (que é igual a 1 salário mínimo).

Conforme citado anteriormente, em agosto de 1998, ocorreu a moratória na Rússia, que afetou bolsas de valores no mundo inteiro, e o Brasil sofreu as consequências mais fortemente no final desse ano e no início de 1999. Nesse período, arrecadação líquida previdenciária permaneceu praticamente invariável, com ligeiro acréscimo de 0,2%, entre 1999 e 1998, e o saldo da mão-de-obra empregada fechou negativo em 581,7 mil, em 1998, e 198,0 mil, em 1999. Já entre 1999 e 2000, a arrecadação líquida previdenciária diminuiu em 3,3%, provavelmente pela crise de anos anteriores, que afetaram o Brasil com juros altos, maior dependência de capitais voláteis e novos empréstimos com o FMI, e, consequentemente, abalaram o mercado formal de trabalho.

De acordo com a Tabela 1, em 2001 percebe-se a recuperação da arrecadação líquida previdenciária com crescimento de 15,2% em relação a 2000. Nesse ano, a Argentina passava por uma crise financeira, política e social, com número elevado de desemprego, mas o Brasil já havia realizado acordos preventivos com o FMI para reforçar as reservas e agir, frente às crises internacionais, com maior segurança no processo de recuperação da economia e do crescimento. Entre 1995 e 2002, a arrecadação líquida previdenciária cresceu 31,9%, e a despesa com benefícios previdenciários, 62,0%. Já entre 2002 e 2010, a arrecadação líquida previdenciária aumentou 80,0%, patamar superior à despesa com benefícios previdenciários (75,1%), o que foi resultado do bom momento vivido na economia brasileira nos últimos anos, com reflexos positivos no mercado formal de trabalho.

		ÇÃO LÍQUIDA ENCIÁRIA	BENEFÍCIOS PI	REVIDENCIÁRIOS	SALDO PREVIDENCIÁRIO			
ANOS	EM R\$ MILHÕES (INPC DE DEZ/2010)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (EM %)	EM R\$ MILHÕES (INPC DE DEZ/2010)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (EM %)	EM R\$ MILHÕES (INPC DE DEZ/2010)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (EM %)		
1995	91.596,1	-	92.326,9	-	-730,8	-		
1996	99.851,3	9,0	100.488,9	8,8	-637,7	-12,7		
1997	103.285,2	3,4	110.463,8	9,9	-7.178,6	1.025,8		
1998	105.202,9	1,9	121.220,8	9,7	-16.017,9	123,1		
1999	105.448,8	0,2	125.598,2	3,6	-20.149,4	25,8		
2000	101.938,9	-3,3	132.935,3	5,8	-30.996,3	53,8		
2001	117.467,4	15,2	141.404,5	6,4	-23.937,1	-22,8		
2002	120.848,7	2,9	149.592,0	5,8	-28.743,3	20,1		
2003	117.727,4	-2,6	156.130,4	4,4	-38.403,0	33,6		
2004	128.736,0	9,4	172.572,8	10,5	-43.836,8	14,1		

#### Tabela 1

Arrecadação líquida, despesa com beneficios do RGPS e resultado previdenciário – 1995 a 2010

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social – Versão InfoLogo; e Boletim Estatístico da Previdência Social, dez/2010.

Nota: Valores expressos em reais constantes, atualizados pelo INPC mensal, a preço de dezembro/2010.

#### Tabela 1 (continuação)

Arrecadação líquida. despesa com benefícios do RGPS e resultado previdenciário - 1995 a 2010

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - Versão InfoLogo; e Boletim Estatístico da Previdência Social, dez/2010.

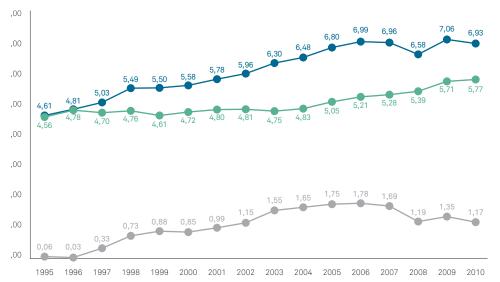
Nota: Valores expressos em reais constantes, atualizados pelo INPC mensal, a preco de dezembro/2010.

		ÇÃO LÍQUIDA ENCIÁRIA	BENEFÍCIOS PI	REVIDENCIÁRIOS	SALDO PREVIDENCIÁRIO			
ANOS	EM R\$ MILHÕES (INPC DE DEZ/2010)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (EM %)	EM R\$ MILHÕES (INPC DE DEZ/2010)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (EM %)	EM R\$ MILHÕES (INPC DE DEZ/2010)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (EM %)		
2005	140.843,1	9,4	189.625,3	9,9	-48.782,2	11,3		
2006	155.438,5	10,4	208.465,9	9,9	-53.027,4	8,7		
2007	169.617,7	9,1	223.915,8	7,4	-54.298,1	2,4		
2008	185.151,9	9,2	226.372,2	1,1	-41.220,3	-24,1		
2009	196.511,0	6,1	242.945,4	7,3	-46.434,4	12,6		
2010	217.525,1	10,7	261.878,3	7,8	-44.353,2	-4,5		

O ano de 2004 foi marcado por uma reversão no ritmo de crescimento da arrecadação líquida previdenciária, passando a incrementos anuais mais significativos e próximos da despesa com benefícios previdenciários. Nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2010, a arrecadação líquida previdenciária cresceu, em termos percentuais, acima do verificado na despesa com benefícios previdenciários, gracas ao bom momento vivido pela economia do país, que contribuiu para o crescimento do mercado formal de trabalho e o fortalecimento das políticas de inclusão social, com destaque para o Plano Simplificado de Previdência Social - PSPS, que é uma forma de inclusão previdenciária com percentual de contribuição reduzido de 20% para 11% para a categoria de contribuinte individual que trabalha por conta própria (antigo autônomo), sem relação de trabalho com empresa ou equiparada, e também para o segurado facultativo. O valor do salário de contribuição é limitado ao salário mínimo.

Em 2009, a arrecadação líquida previdenciária fechou o ano com crescimento de 6.1% frente ao ano de 2008; a despesa com benefícios previdenciários, em 7,3%, e a necessidade de financiamento, em 12,6%. Este crescimento é resultado, principalmente, da crise econômica mundial, que limitou fortemente o crescimento da arrecadação líquida, especialmente no primeiro semestre de 2009. Com a crise financeira internacional, deflagrada no final de 2008, a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social continuou a apresentar crescimento durante todo ano de 2009, porém em ritmo mais lento do que em 2008. A crise teve como efeito apenas uma redução na taxa de crescimento da arrecadação, mas não queda da mesma. Em relação à despesa com pagamento de benefícios previdenciários, não se verificou impacto de aumento de demanda, em especial em relação aos de auxílio-doença.

A despesa com benefícios do RGPS alcançou, em 2010, 6,93% do PIB, enquanto a arrecadação líquida respondeu por 5,77% do PIB, gerando uma necessidade de financiamento da ordem de 1,17% do PIB, que é a menor participação desde 2003, conforme se pode ver no Gráfico 4.



Vale destacar que a Previdência Social, mesmo deficitária, exerce uma função de distribuição de renda por meio de aumentos reais conferidos ao salário mínimo; concede subsídios a atividades beneficentes de assistência social, a micro e pequenas empresas, a trabalhadores domésticos e do campo, a empresas rurais e até a atividades desportivas e; faz a transferência de renda da área urbana para a rural.

# Considerações Finais

As crises financeiras ocorridas em diversos países e continentes, no período de 1995 a 2010, tiveram seus efeitos negativos na economia brasileira. De 1995 a 2002, a economia brasileira passou por altas taxas de juros, maior dependência de capitais voláteis, novos empréstimos e acordos preventivos com o FMI. Já as medidas tomadas para amenizar os impactos da crise financeira de 2008 garantiram a estabilidade na economia brasileira, diminuíram os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho e o sistema financeiro, graças ao crescimento sustentável e à solidez do País nos últimos anos.

Nos últimos anos, a arrecadação líquida previdenciária vem crescendo em patamares percentuais superiores à despesa com benefícios do RGPS, em função da expressiva

#### Gráfico 4

Arrecadação líquida, despesas com benefícios e resultado previdenciário em relação ao pib – 1995 a 2010 (em %)

#### legendas

- Benefícios Previdenciários / PIB
- Arrecadação Líquida Previdenciária / PIB
- Necessidade de Financiamento / PIB

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social – Versão Infologo. recuperação do emprego formal, entre 2003 e 2010. Em 2009, o ritmo de crescimento da arrecadação líquida foi mais lento, em decorrência da crise financeira internacional. Já entre 1995 e 2002, o crescimento da arrecadação líquida previdenciária foi, em termos percentuais, guase a metade do percentual observado na despesa com benefícios previdenciários.

É importante destacar que o RGPS foi beneficiário pela alteração, anterior à crise, na lei que trata das micro e pequenas empresas que ocasionou crescimento na formalização e aumento do percentual de transferência para a Previdência Social do total da arrecadação dessas empresas.

A forma de financiamento da Previdência Social é um dos assuntos mais relevantes das discussões políticas e econômicas das questões previdenciárias. Os regimes previdenciários, fundamentados no princípio de repartição, defrontaram-se com crescentes déficits em decorrência de mudancas estruturais no mercado de trabalho e na estrutura etária. No Brasil, a necessidade de financiamento previdenciário tomou dimensões preocupantes a partir da metade da década de 90.

A regra de financiamento da Seguridade Social, baseada em cerca de 75% sobre a folha salarial, confere-lhe maior estabilidade do que a arrecadação por outras fontes de impostos. No entanto, a estabilidade relativamente maior da Seguridade Social no momento de crise cíclica não significa que não tenhamos que nos ajustar futuramente às alterações estruturais que resultarem da crise, bem como às alterações de longo prazo da demografia.

Dessa forma, é importante destacar que apesar do bom momento vivido pela economia brasileira nos últimos anos, com elevação da mão-de-obra formal empregada, há desafios a serem superados pelo governo brasileiro. Dentre eles, ressalta-se o de convencer as pessoas de que elas terão de permanecer mais tempo como contribuintes do sistema para fazer jus à aposentadoria no futuro, assim como ocorre na maioria dos países.

Por outro lado, o regime previdenciário deve ser encarado, por si só, como instrumento essencial de resposta à crise. É de fundamental importância a compreensão de que, embora um sistema de Seguridade Social, no qual o regime previdenciário se inclui, não ataque as causas da crise, cumpre um papel crucial ao absorver choques, substituir a renda perdida, conter e até mesmo reduzir a pobreza, manter os servicos de saúde, reforcar a solidariedade, reduzir as desigualdades e proteger os setores mais afetados pela recessão, fortificando, assim, a coesão social (MESA-LAGO, 2009).

#### Referências

Almeida Paulo Roberto, Ascrises financeiras internacionais e o Brasil desde 1929: 80 anos de uma história turbulenta. 2009. Disponível no site: http://www.pralmeida.org/05Doc sPRA/2013CrisesFinancBr1929Plenarium.pdf.

Matijascic, Milko et al. A Crise Financeira Internacional: Reacão das Instituições Multilaterais. IN: Bispo, Carlos Roberto; Musse, Juliano Sander; Vaz, Flávio Tonelli; Martin, Floriano José (orgs.) Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho. Brasília: ANFIP, 200p, 2009. (http://www.anfip.org.br/ publicacoes/livros/includes/livros/args-pdfs/crise\_ financeira mundial.pdf)

Mesa-Lago, Carmelo. Efectos de la crisis global sobre la seguridad social de salud y pensiones en América Latina y el Caribe y recomendaciones de políticas. Serie Políticas Sociales, Santiago de Chile: CEPAL. (http:// www.eclac.org/publicaciones/xml/2/37582/sps150seguridad-social-pensiones-ALC.pdf)

Pochmann, Márcio. A Crise Internacional e Seus Efeitos no Brasil. IN: Bispo, Carlos Roberto; Musse, Juliano Sander; Vaz, Flávio Tonelli; Martin, Floriano José (orgs.) Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho. Brasília: ANFIP, 200p, 2009. (http://www. anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/argspdfs/crise\_financeira\_mundial.pdf)



# Saldo Previdenciário e Arrecadação



#### VALORES EM R\$ MILHÕES DE OUT/2011 - INPC **NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE SET/2011)**

No mês ( Out/2011 )	R\$ 1,33 bilhões
Acumulado em 2011	R\$ 36,79 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 37,82 bilhões

# Resultado das Áreas Urbana e Rural



Em outubro de 2011, a arrecadação líquida urbana foi de R\$ 20,0 bilhões, crescimento de 3,5% (+R\$ 676,6 milhões), frente a setembro de 2011, e elevação de 9,6% (+R\$ 1,8 bilhão), quando comparado a outubro de 2010, o que é reflexo, em boa medida, do bom desempenho do mercado de trabalho formal. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 473,7 milhões, queda de 2,4% (-R\$ 11,8 milhões) em relação ao mês anterior e crescimento de 7,4% (+R\$ 32,6 milhões) frente a outubro de 2010, conforme se pode ver na Tabela 1.

#### Tabela 1

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2010 e 2011) Outubro/2010. Setembro/2011. Outubro/2011 e Acumulado Janeiro a Outubro (2010 e 2011) - em R\$ milhões de Outubro/2011 - INPC

	OUT-10 (A)	SET-11 (B)	OUT-11 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)	ACUM (JAN)	VAR. %	
	(A)	(6)	(0)	(6/6)	(0/A)	2010	2011	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 )	18.733,5	19.856,7	20.521,6	3,3	9,5	177.327,7	193.742,0	9,3
1.1. Arrecadação Líquida Urbana	18.292,4	19.371,0	20.047,7	3,5	9,6	173.090,8	189.257,1	9,3
1.2. Arrecadação Líquida Rural	441,1	485,5	473,7	(2,4)	7,4	4.236,3	4.483,3	5,8
1.3. Comprev	0,0	0,3	0,1	(42,6)	542,2	0,6	1,6	157,6
2. Despesas com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	21.050,9	29.237,1	21.849,8	(25,3)	3,8	222.849,3	230.532,4	3,4
2.1. Benefício Previdenciário	20.554,3	28.712,3	21.422,6	(25,4)	4,2	214.597,8	223.047,0	3,9
2.1.1. Urbano	16.069,4	23.163,6	16.788,1	(27,5)	4,5	167.119,8	174.048,3	4,1
2.1.2. Rural	4.484,9	5.548,6	4.634,5	(16,5)	3,3	47.478,0	48.998,7	3,2
2.2. Passivo Judicial	363,3	420,1	316,2	(24,7)	(13,0)	7.092,2	6.385,7	(10,0)
2.2.1. Urbano	284,0	338,9	247,8	(26,9)	(12,8)	5.480,7	4.977,5	(9,2)
2.2.2. Rural	79,3	81,2	68,4	(15,7)	(13,7)	1.611,5	1.408,2	(12,6)
2.3. Comprev	133,2	104,7	111,1	6,0	(16,6)	1.159,3	1.099,7	(5,1)
3. Resultado Previdenciário com Renúncias (1 – 2)	(2.317,3)	(9.380,4)	(1.328,1)	(85,8)	(42,7)	(45.521,6)	(36.790,4)	(19,2)
3.1. Urbano (1.1 + 1.3 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	1.805,7	(4.236,0)	2.901,0	(168,5)	60,7	(668,4)	9.133,2	(1.466,5)
3.2. Rural (1.2 -2.1.2 - 2.2.2)	(4.123,0)	(5.144,3)	(4.229,1)	(17,8)	2,6	(44.853,2)	(45.923,7)	2,4

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPPS/MPS

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentencas iudiciais urbanas e Comprey, foi de R\$ 17,1 bilhões, em outubro de 2011, queda de 27.4% (-R\$ 6.5 bilhões) em relação ao mês anterior e crescimento de 4,0% (+R\$ 660.2 milhões), quando comparado a outubro de 2010. A despesa rural, incluídas as sentencas judiciais rurais, foi de R\$ 4.7 bilhões em outubro de 2011. gueda de 16,5% (-R\$ 926,9 milhões), frente a setembro de 2011 e crescimento de 3.0% (+R\$ 138.7 milhões), entre outubro de 2011 e o mês correspondente de 2010. A queda na despesa de outubro, na comparação com o mês anterior, é explicada pela antecipação da metade do 13º salário pago naquele mês, com valor em torno de R\$ 7,0 bilhões para a clientela urbana e de R\$ 1.0 bilhão para o meio rural. É importante destacar que o valor total de antecipação foi cerca de R\$ 10.0 bilhões. No mês de agosto de 2011 iá havia sido paga uma parte da antecipação dos benefícios previdenciários com renda mensal no valor de até um salário mínimo. conforme determina a Lei nº 11.665, de 29/04/2008. no valor de R\$ 2.0 bilhões.

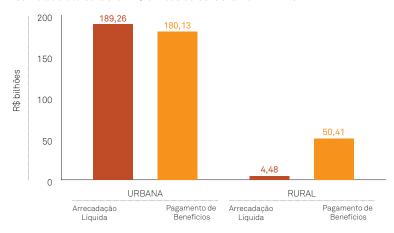
Em outubro de 2011, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 2,9 bilhões, crescimento de 60,7% (+R\$ 1,1 bilhão) em relação a outubro de 2010. Esse resultado é uma combinação do crescimento da arrecadação líquida urbana em patamar muito superior ao crescimento da despesa previdenciária urbana. Já a clientela rural registrou uma necessidade de financiamento de R\$ 4,2 bilhões, que é decorrente, principalmente, da importante política previdenciária no campo que estabeleceu, em função das peculiaridades da agricultura familiar, uma quebra de paridade entre contribuição devida ao sistema e pagamento de benefícios, conforme destacado mensalmente na divulgação do resultado do Regime Geral de Previdência Social.

De janeiro a outubro de 2011, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprey, somou R\$ 189,3 bilhões, elevação de 9.3% (+R\$ 16.2 bilhões), frente ao mesmo período de 2010. A arrecadação rural foi de R\$ 4.5 bilhões, crescimento de 5.8% (+R\$ 247.0 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 180,1 bilhões, crescimento de 3,7% (+R\$ 6,4 bilhões) frente ao mesmo período de 2010. e a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 50,4 bilhões, crescimento de 2,7% (+R\$ 1,3 bilhão). No acumulado de 2011, o meio urbano somou um superávit de R\$ 9.1 bilhões. Já no meio rural. foi registrado uma necessidade de financiamento de R\$ 45.9 bilhões, 2,4% (+R\$ 1,1 bilhão) superior ao valor registrado no mesmo período de 2010. A necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é, conforme já exposto, conseqüência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

É importante destacar que, entre o acumulado de janeiro a setembro de 2011 e o período correspondente de 2010, a arrecadação líquida urbana cresce 5,7 p.p. a mais que a despesa com benefícios urbanos. Esse crescimento da arrecadação líquida urbana, em termos percentuais, acima da despesa de benefícios urbanos foi também verificado no fechamento dos anos de 2007, 2008 e 2010.

#### Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Outubro - R\$ bilhões de Outubro/2011 - INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPPS/MPS

# Resultado em Conjunto das Áreas Urbana e Rural



A arrecadação líquida da Previdência Social, em outubro de 2011, foi de R\$ 20,5 bilhões, crescimento de 3,3% (+R\$ 664,7 milhões) em relação à de setembro de 2011, e de 9,5% (+R\$ 1,8 bilhão), frente a outubro de 2010, e registrou na sua série histórica o seu segundo maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário), ficando ligeiramente abaixo do mês de agosto de 2011 (R\$ 20,6 bilhões). As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 21,8 bilhões, queda de 25,3% (-R\$ 7.4 bilhões) em relação ao mês anterior e crescimento de 3.8% (+R\$ 798.9 milhões). quando comparado ao mês correspondente de 2010, o que resultou uma necessidade de financiamento de R\$ 1,3 bilhão, queda de 42,7% (-R\$ 989,0 milhões), entre setembro de 2011 e o mês correspondente de 2010, conforme pode ser visto na Tabela 2.

#### Tabela 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário - Outubro/2010, Setembro/2011, Outubro/2011 e Acumulado de Janeiro a Outubro (2010 e 2011) - Valores em R\$ milhões de Outubro/2011 - INPC

> Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada através do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo. (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES. (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES. (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.

	OUT-10 (A)	SET-11 (B)	OUT-11 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)		ULADO A OUT) 2011	VAR. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	18.733,5	19.856,7	20.521,4	3,3	9,5	177.327,7	193.741,8	9,3
1.1. Receitas Correntes	19.838,7	20.982,4	21.188,1	1,0	6,8	188.554,1	204.850,5	8,6
Pessoa Física (1)	697,8	714,1	731,6	2,5	4,8	6.833,8	7.207,3	5,5
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	779,0	824,0	846,1	2,7	8,6	7.357,1	8.044,0	9,3
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.659,1	1.785,6	1.753,3	(1,8)	5,7	14.828,3	16.765,5	13,1
Empresas em Geral	12.696,6	13.458,1	13.585,1	0,9	7,0	121.635,2	132.022,4	8,5
Entidades Filantrópicas (4)	153,1	151,2	154,7	2,3	1,0	1.467,6	1.508,3	2,8
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.257,5	1.197,9	1.239,8	3,5	(1,4)	11.975,1	12.207,5	1,9
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	463,9	491,4	538,8	9,6	16,2	4.387,4	4.952,8	12,9
Clubes de Futebol	5,8	6,9	5,3	(23,5)	(9,1)	62,9	93,2	48,3
Comercialização da Produção Rural (7)	285,1	331,2	315,6	(4,7)	10,7	2.755,1	3.019,6	9,6
Retenção (11%)	1.594,0	1.757,0	1.751,4	(0,3)	9,9	14.824,0	16.495,1	11,3
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	50,9	21,9	42,7	95,4	(16,1)	482,4	338,4	(29,9)
Reclamatória Trabalhista	185,3	232,2	211,8	(8,8)	14,3	1.829,3	2.061,6	12,7
Outras Receitas	10,6	11,0	12,2	11,0	14,8	116,0	134,6	16,1
1.2. Recuperação de Créditos	795,6	967,1	1.410,8	45,9	77,3	8.127,0	10.297,7	26,7
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09 (8)	0,0	0,3	0,1	(42,6)	542,2	0,6	1,6	157,6
Arrecadação / Lei 11.941/09 (9)	178,5	425,1	385,2	(9,4)	115,8	1.885,9	3.195,4	69,4

	OUT-10	SET-11	OUT-11	VAR. %	VAR. %		ULADO A OUT)	VAR.
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(C/A)	2010	2011	%
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	11,9	9,4	9,6	2,0	(19,5)	116,2	102,6	(11,7)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	0,3	0,6	0,4	(33,2)	47,2	14,3	15,0	4,4
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	161,9	(60,5)	330,0	(645,1)	103,8	1.528,8	1.250,7	(18,2)
Débitos (14)	52,2	222,0	164,7	(25,8)	215,3	668,9	1.126,3	68,4
Parcelamentos Convencionais (15)	390,7	370,3	520,8	40,6	33,3	3.912,3	4.606,2	17,7
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(58,6)	(18,1)	(23,6)	30,8	(59,7)	(320,5)	(230,5)	(28,1)
1.4. Transferências a Terceiros	(1.842,2)	(2.074,6)	(2.053,9)	(1,0)	11,5	(19.032,8)	(21.176,0)	11,3
Despesas com Benefícios     Previdenciários	21.050,9	29.237,1	21.849,8	(25,3)	3,8	222.849,3	230.532,4	3,4
Pagos pelo INSS	20.687,5	28.817,0	21.533,6	(25,3)	4,1	215.757,0	224.146,7	3,9
Sentenças Judiciais - TRF (17)	363,3	420,1	316,2	(24,7)	(13,0)	7.092,2	6.385,7	(10,0)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(2.317,3)	(9.380,4)	(1.328,3)	(85,8)	(42,7)	(45.521,6)	(36.790,6)	(19,2)

No acumulado de janeiro a outubro de 2011, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 193,7 bilhões e R\$ 230,5 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 36,8 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2010, a arrecadação líquida cresceu 9,3% (+R\$ 16,4 bilhões), e as despesas com benefícios previdenciários 3,4% (+R\$ 7,7 bilhões). Já a necessidade de financiamento registrou queda de 19,2% (-R\$ 8,7 bilhões).

É importante destacar que a arrecadação líquida previdenciária acumulada no ano continua a crescer em patamar superior ao crescimento do pagamento com benefícios previdenciários, respectivamente, 9.3% e 3.4%, fato registrado no fechamento dos anos de 2007, 2008 e 2010. Em 2009 a arrecadação líquida cresceu 6,1% e a despesa cresceu 7,3%.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2011, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2011, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em ianeiro e marco de 2011, que em setembro determinou o valor recebido por 66.1% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2011, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2010.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS. (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios,. (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, auando da comercialização de sua produção. (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS. (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional. (10) Dívida das universidades iunto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES. (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas. relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS. (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas iurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com acões contra a Previdência (Lei nº 9.709/98). (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos. (15) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito. (16) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação (17) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28. determinou aue as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

# Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

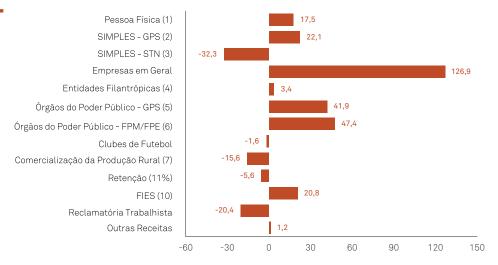


As receitas correntes somaram R\$ 21,2 bilhões, em outubro de 2011, crescimento de 1,0% (+R\$ 205,8 milhões), frente ao mês de setembro de 2011, e de R\$ 6,8% (+R\$ 1,3 bilhão), quando comparado a outubro de 2010, e apresentou na sua série histórica o seu segundo maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). Entre outubro de 2011 e o mês correspondente de 2010, as rubricas de empresas em geral e as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, registraram elevação de 7,2% (+R\$ 899,2 milhões) e 8,1% (+R\$ 195,0 milhões), respectivamente. Entre setembro de 2011 e o mês anterior, a arrecadação de empresas em geral cresceu 0,9% (+R\$ 126,9 milhões) e a das optantes pelo SIMPLES, caiu 0,4% (-R\$ 10,2 milhões).

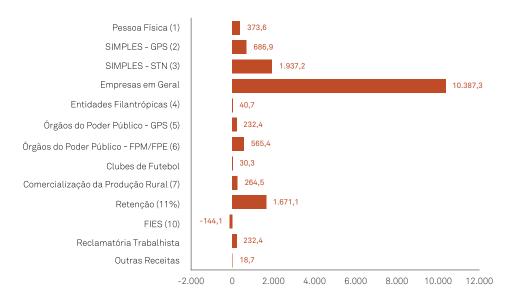
#### Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (Outubro) de 2011 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Outubro/2011 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS



No acumulado de janeiro a outubro de 2011, as receitas correntes somaram R\$ 204,9 bilhões, 8,6% (+R\$ 16,3 bilhões) superior o registrado no mesmo período de 2010. Quase todas as rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2010, com exceção da rubrica Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), que diminuiu 29,9% (-R\$ 144,1 milhões). Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral (8,5%, ou seja, +R\$ 10,4 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, (11,8%, ou seja, +R\$ 2,6 bilhões) e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de servicos prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra (11,3%, ou seja, +R\$ 1,7 bilhão), que representaram juntas 84,6% do total de receitas correntes.



#### Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Outubro) de 2011 em relação a 2010 - Em R\$ milhões de Outubro/2011 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de setembro de 2011.

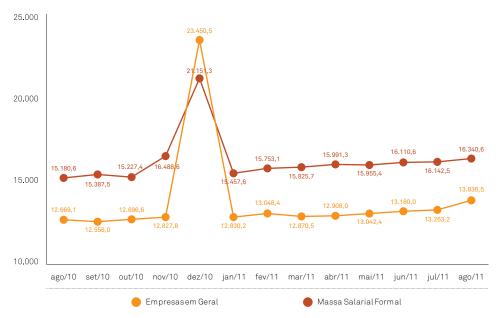
# Mercado de Trabalho (Setembro/2011)



Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED: Segundo os dados do CAGED, em setembro de 2011, foram gerados 209.078 postos de trabalho, equivalente ao crescimento de 0,56% em relação ao estoque de empregos do mês anterior. Esse resultado manteve a trajetória de crescimento do emprego formal registrado nos últimos anos, com o setor da Indústria de Transformação sinalizando um menor dinamismo, quando comparado com os resultados médios obtidos no período de 2003 a 2010, período de melhor comportamento para o setor na série histórica do CAGED, contrapondo-se com o desempenho do setor Serviços, que obteve um dinamismo bem acima da média para o período. O número de admissões em setembro foi de 1.763.026 e o de desligamentos foi de 1.553.948, ambos os maiores para o mês de setembro. O aumento do emprego, em setembro, decorreu do desempenho positivo em sete dos oito setores de atividade. Segundo recorte setorial, as maiores gerações de emprego ocorreram nos Serviços: + 91.774 postos ou +0,61%, o terceiro melhor resultado para o mês, na Indústria de Transformação: + 66.269 postos ou 0,80%, no Comércio: + 42.373 postos ou +0,52%, na Construção Civil: + 24.977 postos ou +0.91%, a maior taxa de crescimento entre os oito setores de atividade econômica. Merece desta que também a Extrativa Mineral (+1.831 postos ou +0.90%), que apresentou o segundo melhor resultado para o mês, mantendo praticamente o seu excelente dinamismo observado nos últimos três meses, quando registrou saldo recorde para o período, e os Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP, que, após registrar uma relativa estabilidade no mês anterior, com a criação de 1.014 postos de trabalho ou elevacão de 0,26% no emprego obteve o terceiro maior saldo para o mês. No recorte geográfico, os dados mostram expansão generalizada do emprego nas cinco grandes regiões. Em números absolutos, verificou-se o seguinte comportamento: Nordeste (+89.424 postos ou +1,51%), Sudeste: (+67.107 postos ou +0,33%), Sul: (+29.958 postos ou +0,44%), Norte: +12.377 postos ou +0,76%), o segundo melhor desempenho para o período, Centro-Oeste: +10.212 postos ou +0,36%%.O desempenho mais modesto, em termos relativos, da região Sudeste pode ser atribuído, em grande parte, ao comportamento da Agricultura, que apresentou uma redução de 27.436 postos de trabalho na região, dos quais 22.771 postos estavam localizados em Minas Gerais, associados, em grande parte, ao Cultivo de Café.

Pesquisa Mensal de Emprego - PME: De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego, a população ocupada, estimada em 22,7 milhões em setembro de 2011 no agregado das seis regiões, não apresentou variação significativa frente a agosto. No confronto com setembro do ano passado verificou-se aumento de 1.7%, o que representou um acréscimo de 369 mil ocupados no intervalo de 12 meses. Analisando o contingente de ocupados, segundo os grupamentos de atividade econômica, de agosto para setembro de 2011, não ocorreu variação significativa em nenhum dos grupamentos nesse período. No confronto anual, ocorreram acréscimos em dois contingentes de trabalhadores: Construção, 6,6% (108 mil pessoas) e Serviços prestados a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, de 5,1% (176 mil pessoas). Os demais grupamentos não se alteraram nesse período. Considerando o nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa), estimado em setembro de 2011 em 54,0% para o total das seis regiões, ficou estável frente a agosto, e também apresentou estabilidade em relação a setembro de 2010. Regionalmente, na comparação mensal, todas as regiões metropolitanas mantiveram resultados estáveis. Frente a setembro do ano passado. ocorreu variação significativa apenas no Rio de Janeiro, onde o indicador passou de 50,8% para 52,0% (1,2 ponto percentual). O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado foi estimado em 11,0 milhões em setembro último, no conjunto das seis regiões pesquisadas, não assinalando variação na comparação com agosto. Esta estimativa, frente a setembro de 2010, apresentou elevação (6,7%), o que representou um adicional de 691 mil postos de trabalho com carteira assinada no período de 1 ano. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores. apurado em setembro de 2011 em R\$ 1.607,60, no conjunto das seis regiões, apresentou queda de 1,8% em comparação com agosto. Frente a setembro do ano passado, o poder de compra dos ocupados ficou estável. O rendimento médio real habitual dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, apurado em setembro de 2011 em R\$ 1.481,60, no conjunto das seis regiões, aumentou 0,4% frente a agosto. Em relação a setembro de 2010 ficou estável.

Uma comparação entre o comportamento da evolução da massa salarial formal, conforme dados da PME. e da arrecadação previdenciárias das empresas em geral, conforme fluxo de caixa do INSS, aponta a forte ligação entre as duas variáveis, o que de fato tem sido verificado no forte crescimento da arrecadação líquida previdenciária os últimos anos, resultado, principalmente, do crescimento do mercado de trabalho formal. Nessa comparação específica, só é possível estender a série até agosto de 2011, ou seja, sempre dois meses anteriores à divulgação do resultado da Previdência Social.



Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - PIMES: De acordo com a PIMES/IBGE. em setembro de 2011, o emprego industrial mostrou variação negativa de 0,4% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após avançar 0,5% em agosto. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral de setembro repetiu o patamar do mês anterior e permaneceu com o quadro de estabilidade verificado desde o final do ano passado. Ainda na série com ajuste sazonal, no índice trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o pessoal ocupado na indústria ficou praticamente estável no terceiro trimestre do ano (0,1%), repetindo o comportamento observado nos três últimos trimestres: 4º trimestre/2010 (0,1%), 1º trimestre/2011 (0,2%) e 2º trimestre/2011 (0.0%). Frente a setembro de 2010, o emprego industrial avancou 0.4%, vigésima taxa positiva consecutiva nesse tipo de comparação, mas a menos intensa dessa sequência. No fechamento do terceiro trimestre de 2011 observou-se expansão de 0,5% no confronto com igual período do ano anterior. O índice acumulado nos nove meses do ano avançou 1,5%, mas com ritmo abaixo do assinalado nos meses anteriores. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, permaneceu apontando expansão (2,0%), mas prosseguiu com a trajetória de redução no ritmo de crescimento iniciada em fevereiro último (3,9%). A expansão de 0,4% no índice mensal de setembro de 2011 mostrou sete dos quatorze locais e nove dos dezoito setores investigados ampliando as contratações na indústria. Entre os locais, as principais contribuições positivas para o resultado global vieram do Paraná (6,7%), região Norte e Centro-Oeste (3,6%), Minas Gerais (1,8%), Rio Grande do Sul (1,9%) e Pernambuco (5,4%). Em setembro de 2011, o

#### Gráfico 4

Evolução da Arrecadação de Empresas em Geral e Massa Salarial Formal -PME em 13 meses - em R\$ milhões INPC Outubro/2011

Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar); PME/IBGE Elaboração: SPPS/MPS

Obs.: Exclusive trabalhadores domésticos e trabalhadores não remunerados de membro da unidade domiciliar que era empregado.

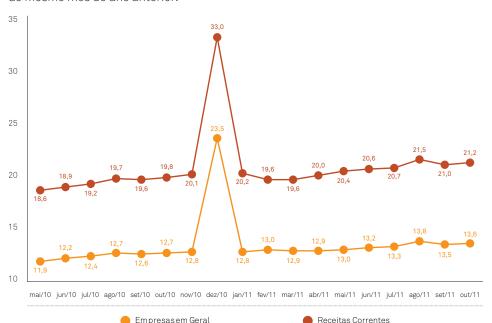
valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente recuou 1,9% em relação ao mês imediatamente anterior, após avançar por quatro meses seguidos, período em que acumulou ganho de 4,4%. Vale destacar que o resultado desse mês foi particularmente influenciado pela indústria extrativa (-24,4%), pressionada em grande parte pelo pagamento de participações nos lucros e de resultados em importante empresa do setor no mês anterior, já que a indústria de transformação mostrou perda mais moderada (-0.3%).

Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria - CNI: De acordo com a CNI, o indicador dessazonalizado de emprego diminuiu 0,3% em setembro, em relação ao mês anterior, sendo essa foi a queda mensal mais pronunciada desde abril de 2009. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego cresceu 1,1%. A massa salarial real, sem ajuste sazonal, aumentou 3,5% em setembro na comparação com agosto. Esse crescimento mais que compensou a queda de 3,1% em agosto, na mesma base de comparação. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o indicador expandiu 7,3% – a maior alta do ano nessa base de comparação. O rendimento médio real do trabalhador da indústria cresceu 3,3% em setembro, frente ao mês anterior (dados originais). Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, indicador aumentou 6,2%. O rendimento real dobrou o ritmo de crescimento na comparação anual, ou seja, frente ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 5

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses - Fm R\$ bilhões de Outubro/2011 - INPC

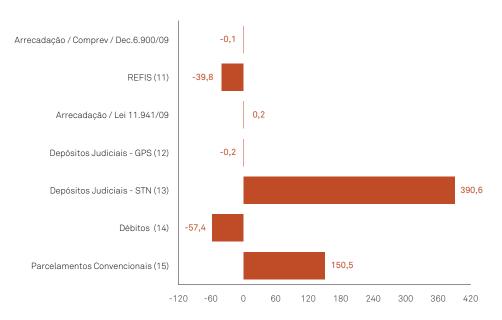
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS



# Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos (\$



Em outubro de 2011, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 1,4 bilhão, crescimento de 45,9% (-R\$ 443,8 milhões), em relação a setembro de 2011, e de 77,3% (+R\$ 241,8 milhões), frente a setembro de 2010. O crescimento da arrecadação mediante recuperação de créditos, em relação a setembro de 2011 foi, principalmente devido aos parcelamentos convencionais, com crescimento de 40,6% e um crescimento nos depósitos judiciais repassados pela STN. Já na comparação com outubro de 2010, verifica-se um crescimento generalizado em todas as rubricas, exceto na arrecadação do Programa de Recuperação Fiscal mais antigo.



#### Gráfico 6

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Outubro/2011) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Outubro/2011 (INPC)

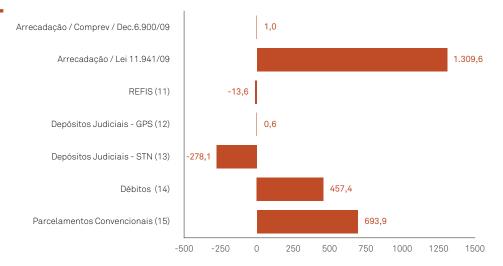
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

De janeiro a outubro de 2011, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 10,3 bilhões, superior 26,7% (+R\$ 2,2 bilhão) em relação ao mesmo período de 2010. As rubricas Depósitos Judiciais - Repasse STN e o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS apresentaram queda de 18,2% (-R\$ 278,1 milhões) e 11,7% (-R\$ 13.6 milhões), respectivamente. Com relação ao desempenho positivo, destacamse as rubricas Arrecadação / Lei 11.941/09 e Parcelamentos Convencionais que tiveram elevação de 69,4% (+R\$ 1,3 bilhão) e 17,7% (+R\$ 693,9 milhões), respectivamente, e representaram juntas 75,7% do total das receitas de recuperação de crédito, conforme pode ser visto no Gráfico 7.

#### Gráfico 7

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Outubro) de 2011 em relação a 2010 - Em R\$ milhões de Outubro/2011 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS



# Benefícios Emitidos e Concedidos



Em outubro de 2011, a quantidade de benefícios emitidos foi de 28,9 milhões de benefícios, ocorrendo ligeiro aumento de 0,2%(+69,8 mil benefícios) frente a setembro de 2011 e de 3,8% (+1,1 milhão de benefícios), quando comparado a outubro de 2010. Nessa última comparação, os Benefícios Assistenciais apresentaram maiores crescimentos, em termos percentuais, de 4,9% (+178,6 mil benefícios), seguido dos Benefícios Previdenciários e Acidentários, que aumentaram 3,6% (+850,9 mil) e de 2,7% (+21.7 mil benefícios) respectivamente, conforme pode ser visto na Tabela 3.

#### Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Outubro/2010, Setembro/2011 e Outubro/2011)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPPS/MPS

	OUT-10 (A)	SET-11 (B)	OUT-11 (C)	VAR. % (C/B)	VAR.%	MÉDIA JAN. A OUT-10	MÉDIA JAN. A OUT-11	VAR. %
TOTAL	27.846.188	28.828.225	28.898.031	0,2	3,8	27.421.889	28.525.340	4,0
PREVIDENCIÁRIOS	23.362.459	24.157.116	24.213.349	0,2	3,6	23.025.679	23.908.927	3,8
Aposentadorias	15.491.357	15.996.678	16.043.803	0,3	3,6	15.296.461	15.831.021	3,5
Idade	8.099.157	8.375.529	8.403.164	0,3	3,8	7.985.621	8.284.423	3,7
Invalidez	2.942.784	2.996.320	3.000.003	0,1	1,9	2.925.177	2.978.586	1,8
Tempo de Contribuição	4.449.416	4.624.829	4.640.636	0,3	4,3	4.385.663	4.568.012	4,2

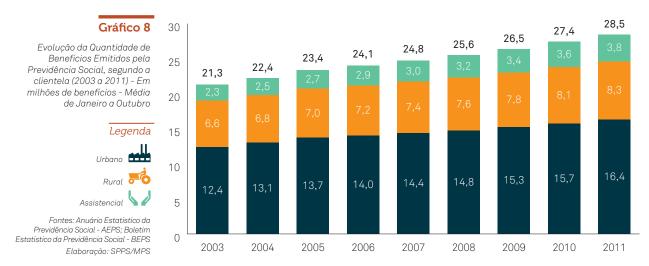
	OUT-10 (A)	SET-11 (B)	0UT-11 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)	MÉDIA JAN. A OUT-10	MÉDIA JAN. A OUT-11	VAR. %
Pensão por Morte	6.591.891	6.752.604	6.768.404	0,2	2,7	6.529.457	6.701.129	2,6
Auxílio-Doença	1.146.870	1.259.433	1.256.832	(0,2)	9,6	1.072.460	1.235.581	15,2
Salário-Maternidade	73.903	82.145	77.724	(5,4)	5,2	71.920	77.350	7,6
Outros	58.438	66.256	66.586	0,5	13,9	55.382	63.846	15,3
ACIDENTÁRIOS	811.840	833.627	833.587	(0,0)	2,7	795.056	828.802	4,2
Aposentadorias	164.821	172.150	172.632	0,3	4,7	162.467	169.674	4,4
Pensão por Morte	125.505	124.281	124.187	(0,1)	(1,1)	126.108	124.691	(1,1)
Auxílio-Doença	169.343	180.858	179.897	(0,5)	6,2	155.601	179.634	15,4
Auxílio-Acidente	279.809	286.415	287.182	0,3	2,6	277.527	284.058	2,4
Auxílio-Suplementar	72.362	69.923	69.689	(0,3)	(3,7)	73.353	70.746	(3,6)
ASSISTENCIAIS	3.661.085	3.826.170	3.839.715	0,4	4,9	3.590.783	3.776.434	5,2
Amparos Assistenciais (LOAS)	3.354.816	3.550.463	3.566.274	0,4	6,3	3.270.031	3.490.366	6,7
Idoso	1.606.742	1.673.190	1.678.895	0,3	4,5	1.576.635	1.653.198	4,9
Portador de Deficiência	1.748.074	1.877.273	1.887.379	0,5	8,0	1.693.396	1.837.168	8,5
Pensões Mensais Vitalícias	14.358	13.758	13.717	(0,3)	(4,5)	14.583	13.955	(4,3)
Rendas Mensais Vitalícias	291.911	261.949	259.724	(0,8)	(11,0)	306.169	272.113	(11,1)
Idade	73.444	62.351	61.494	(1,4)	(16,3)	78.887	66.110	(16,2)
Invalidez	218.467	199.598	198.230	(0,7)	(9,3)	227.282	206.003	(9,4)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	10.804	11.312	11.380	0,6	5,3	10.371	11.178	7,8

Da quantidade média de 28,5 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a outubro de 2011, 57,5% (16,4 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,2% (8,3 milhões) a beneficiários da área rural e 13,3% (3,8 milhões) aos assistenciais (Gráfico 8). De 2003 a 2011, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 31,9% no meio urbano, de 25,4% no meio rural e de 65,4% nos assistenciais.

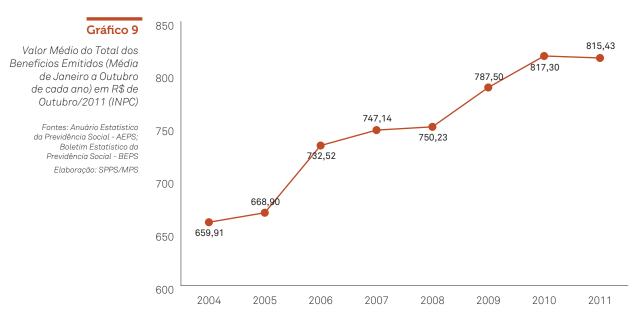
## Tabela 3 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Outubro/2010, Setembro/2011 e Outubro/2011)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPPS/MPS



O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 815,43, média de janeiro a outubro de 2011, ocorrendo ligeira queda de 0,2% em relação ao mesmo período de 2010. Entre o acumulado de janeiro a outubro de 2011 e período correspondente de 2004, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 23,6% (Gráfico 9).



Em outubro de 2011, foram concedidos 387,9 mil novos benefícios, queda de 7,6% (-32,1 mil benefícios) em relação ao mês anterior e de 6,8% (-28,1 mil benefícios), quando comparado com outubro de 2010. Todos os grandes grupos apresentaram redução, entre outubro e setembro de 2011. Os Benefícios Previdenciários diminuíram 7,4% (-26,7 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, em 6,5% (-2,0 mil benefícios) e os Benefícios Assistenciais, em 12,0% (-3,5 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

	OUT-10 (A)	SET-11 (B)	OUT-11 (C)	VAR. % (C/B)	VAR.% (C/A)	ACUM. JAN. A OUT-10	ACUM. JAN. A OUT-11	VAR. %
TOTAL	416.028	420.072	387.946	(7,6)	(6,8)	3.851.308	4.034.044	4,7
PREVIDENCIÁRIOS	349.205	360.489	333.812	(7,4)	(4,4)	3.240.428	3.445.201	6,3
Aposentadorias	86.422	95.900	89.428	(6,7)	3,5	854.249	897.941	5,1
Idade	45.983	53.247	48.915	(8,1)	6,4	471.450	489.037	3,7
Invalidez	15.495	15.999	15.454	(3,4)	(0,3)	154.174	156.821	1,7
Tempo de Contribuição	24.944	26.654	25.059	(6,0)	0,5	228.625	252.083	10,3
Pensão por Morte	31.829	35.133	32.305	(8,0)	1,5	322.848	334.208	3,5
Auxílio-Doença	184.558	177.156	165.851	(6,4)	(10,1)	1.562.032	1.708.219	9,4
Salário-Maternidade	44.426	49.810	44.062	(11,5)	(0,8)	481.095	481.184	0,0
Outros	1.970	2.490	2.166	(13,0)	9,9	20.204	23.649	17,1
ACIDENTÁRIOS	34.508	30.033	28.066	(6,5)	(18,7)	290.960	295.747	1,6
Aposentadorias	969	955	888	(7,0)	(8,4)	8.508	9.594	12,8
Pensão por Morte	64	63	64	1,6	0,0	656	647	(1,4)
Auxílio-Doença	32.340	27.618	25.731	(6,8)	(20,4)	271.062	272.731	0,6
Auxílio-Acidente	1.127	1.386	1.371	(1,1)	21,7	10.621	12.662	19,2
Auxílio-Suplementar	8	11	12	9,1	50,0	113	113	0,0
ASSISTENCIAIS	32.220	29.395	25.871	(12,0)	(19,7)	318.121	291.685	(8,3)
Amparos Assistenciais - LOAS	32.191	29.361	25.848	(12,0)	(19,7)	317.764	291.382	(8,3)
Idoso	13.633	13.383	11.103	(17,0)	(18,6)	142.655	132.047	(7,4)
Portador de Deficiência	18.558	15.978	14.745	(7,7)	(20,5)	175.109	159.335	(9,0)

#### Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social – Outubro/2010, Setembro/2011, Outubro/2011 e Acumulado de Janeiro a Outubro (2010 e 2011)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPS/MPS

#### Tabela 4 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social - Outubro/2010, Setembro/2011. Outubro/2011 e Acumulado de Janeiro a Outubro (2010 e 2011)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPPS/MPS

	OUT-10 (A)	SET-11 (B)	OUT-11 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)	ACUM. JAN. A OUT-10	ACUM. JAN. A OUT-11	VAR. %
Pensões Mensais Vitalícias	29	34	23	(32,4)	(20,7)	354	301	(15,0)
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	3	2	(33,3)
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	3	2	(33,3)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	95	155	197	27,1	107,4	1.799	1.411	(21,6)

No acumulado de janeiro a outubro de 2011, a quantidade de benefícios concedidos somou cerca de 4,0 milhões de benefícios, aumento de 4,7% (+187,7 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2010. Os Benefícios Previdenciários e Acidentários registraram crescimento de 6.3% (+204,8 mil benefícios) e 1.6% (+4,8 mil benefícios), respectivamente. Já os Benefícios Assistenciais tiveram redução de 8,3% (-26,4 mil benefícios).



# Fluxo de Caixa

2011 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS. Elaboração: SPPS/MPS

ITENS DE RECEITA E DESPESA	
II ENS DE RECEITA E DESPESA	JAN
. SALDO INICIAL	4.691.497
. RECEBIMENTOS	32.132.004
2.1. ARRECADAÇÃO	20.391.777
- Arrecadação Bancária	18.106.955
- SIMPLES (1)	1.864.319
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	10.714
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	415
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	166.969
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	43.219
- Quitação de Dívidas (6)	-
- Depósitos Judiciais (7)	205.007
- Restituições de Arrecadação	(5.821)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	18.699
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	13.917
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	7.586.767
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	4.120.843
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	357.704
- Concursos e Prognósticos	16.092
- Operações de Crédito Externa	-
- COFINS	377.117
- COFINS/LOAS	2.810.378
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib EPU	190.603

			E	M R\$ MIL - V	ALORES COF	RRENTES					
FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2011
11.033.629	11.191.458	10.923.473	11.171.880	11.284.119	11.093.045	10.994.570	15.014.531	11.624.518			4.691.497
26.140.730	25.757.877	29.374.912	26.518.100	26.260.146	26.993.259	33.591.953	30.895.290	26.787.931	•	•	257.664.271
19.718.033	19.926.995	20.433.644	20.979.131	21.620.211	21.759.432	22.510.639	21.904.206	22.618.068		•	189.244.068
18.099.330	18.196.534	18.571.809	19.124.758	19.158.597	19.434.776	20.214.870	19.747.540	20.120.716	•	•••••	170.655.170
1.389.843	1.445.843	1.528.165	1.573.859	1.727.154	1.691.437	1.738.242	1.779.883	1.753.254	***************************************	***************************************	14.738.745
9.453	9.650	10.220	9.597	11.262	10.277	10.746	9.365	9.584	•	•	91.284
20	84	60	142	26	18	396	257	148	•••••	••••••	1.419
166.745	189.438	179.765	175.098	554.433	507.981	405.298	423.724	385.242	•	•	2.769.451
-	-	71.986	47.935	49.324	34.811	21.559	21.784	42.694	•	•	290.618
-	-	-	-	-	-	-	-	-	•	***************************************	-
66.280	107.383	125.264	62.283	149.294	93.860	151.026	(60.352)	330.045	•	•	900.046
(13.639)	(21.937)	(53.626)	(14.540)	(29.879)	(13.729)	(31.498)	(17.995)	(23.615)	•	•	(202.664)
13.405	2.659	123	152	107.460	130	1.637	392	130	•	•	144.656
39.726	16.637	73.843	21.322	27.790	37.592	96.984	19.683	19.185	•	•	347.493
3.284.909	2.530.766	2.666.949	2.198.434	1.303.513	(2.045.046)	(1.209.843)	5.838.162	521.784	***************************************	***************************************	22.154.611
3.084.657	3.280.820	6.200.352	3.319.061	3.201.173	7.241.151	12.192.537	3.132.847	3.628.763	•	•	45.773.442
227.511	336.173	3.278.157	355.550	459.998	441.561	452.847	340.106	272.622	•	•	6.249.606
6.571	10.616	8.772	17.472	17.292	33.932	17.381	19.006	19.269	•	•••••	147.135
-	10	-	-	-	-	-	-	-	•	•	10
368.360	366.335	362.000	357.275	521.292	2.845.683	6.837.110	329.498	330.075	•	***************************************	12.364.671
2.066.158	1.988.000	2.108.664	2.102.200	1.630.677	2.107.500	2.486.000	1.715.000	2.513.000	•		19.014.577
35.000	145.000	24.680	91.000	47.800	94.509	120.731	157.000	62.800	•••••	•••••	906.323

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

> (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

> (3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

> (6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

> (10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/ FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

> (13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA						
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-					
- Recursos Ordinários - Contrapartida	=					
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)	368.950					
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	-					
3. PAGAMENTOS	26.529.882					
3.1. PAGAMENTOS INSS	23.319.266					
3.1.1. BENEFÍCIOS	22.228.103					
- Total de Benefícios	22.393.626					
- Devolução de Benefícios	(134.418)					
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	20.137.695					
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	19.913.201					
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (9)	224.495					
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	2.090.407					
3.1.1.2.1. EPU T.N.	120.445					
3.1.1.2.2. LOAS	1.969.963					
3.1.2. PESSOAL (10)	864.721					
3.1.3. CUSTEIO (11)	226.442					
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	3.210.616					
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)	17.115.823					
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)	(3.021.872)					
6. SALDO ARREC. LÍQ BENEF. (4 – 3.1.1)	(5.112.280)					
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)	5.602.121					
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)	10.293.618					

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES											
FEV	FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ ACUM. 201									ACUM. 2011	
-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
381.055	434.686	418.080	395.564	524.113	1.717.967	2.278.467	572.238	430.997	•	•	7.091.120
-	-	-	-	-	-	-	-	-		•••••	-
25.962.672	26.006.118	29.106.196	26.385.889	26.536.275	27.067.619	29.519.079	34.262.311	26.918.117	•	•••••	251.376.040
24.061.300	24.137.607	27.256.797	24.485.850	24.568.976	25.104.928	27.501.085	32.194.289	24.864.198	•	•••••	232.630.098
23.193.925	23.264.467	26.407.683	23.595.185	23.661.957	23.997.448	26.547.790	31.348.840	24.044.996		•••••	224.245.396
23.275.703	23.423.765	26.584.138	23.679.929	23.823.760	24.166.957	26.659.023	31.599.807	24.475.820			225.606.706
(61.548)	(139.554)	(156.146)	(64.773)	(140.943)	(145.393)	(87.992)	(227.975)	(401.145)			(1.158.741)
21.093.232	21.155.702	24.275.650	21.459.617	21.515.915	21.840.891	24.376.916	29.143.824	21.849.774			204.999.442
20.909.639	20.874.023	21.054.170	21.158.559	21.102.667	21.466.496	23.832.366	28.725.098	21.533.620			199.036.219
183.592	281.679	3.221.479	301.058	413.248	374.395	544.549	418.727	316.154			5.963.223
2.100.694	2.108.765	2.132.033	2.135.568	2.146.042	2.156.557	2.170.874	2.205.015	2.195.221			19.245.955
63.649	62.451	64.219	63.347	65.840	64.374	78.060	106.381	81.557			688.767
2.037.044	2.046.314	2.067.814	2.072.221	2.080.201	2.092.183	2.092.814	2.098.634	2.113.664			18.557.188
720.410	706.929	691.793	688.958	683.260	930.017	688.057	678.673	674.339			6.652.817
146.965	166.210	157.322	201.708	223.759	177.463	265.238	166.777	144.864		•••••	1.731.884
1.901.371	1.868.511	1.849.399	1.900.039	1.967.299	1.962.690	2.017.994	2.068.022	2.053.919			18.745.943
17.777.634	18.020.199	18.546.184	19.039.807	19.612.102	19.756.075	20.450.899	19.793.397	20.521.631			170.112.119
(3.315.597)	(3.135.503)	(5.729.465)	(2.419.810)	(1.903.813)	(2.084.816)	(3.926.017)	(9.350.428)	(1.328.144)			(34.887.323)
(5.416.291)	(5.244.269)	(7.861.498)	(4.555.378)	(4.049.855)	(4.241.372)	(6.096.891)	(11.555.443)	(3.523.365)			(54.133.277)
178.059	(248.241)	268.716	132.211	(276.129)	(74.360)	4.072.874	(3.367.021)	(130.187)			6.288.230
11.211.688	10.943.217	11.192.189	11.304.091	11.007.990	11.018.686	15.067.444	11.647.510	11.494.331			10.979.727

## Fluxo de Caixa

Out/2011 (R\$ mil de Out/2011 - INPC)

Fonte: CGF/INSS. Elaboração: SPPS/MPS

#### ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL	
2. RECEBIMENTOS	
2.1. ARRECADAÇÃO	
- Arrecadação Ba	ıncária
- SIMPLES (1)	
- Programa de Re	ecuperação Fiscal - REFIS (2)
	l de Saúde - FNS (3)
	Dívida Pública - CDP (4)
- Fundo de Incen	tivo ao Ensino Superior - FIES (5)
- Quitação de Dív	idas (6)
- Depósitos Judio	
- Restituições de	Arrecadação
2.2. RENDIMENTOS	
	BIMENTOS PRÓPRIOS
	DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)
2.5. TRANSFERÊNC	IAS DA UNIÃO
	ários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)
- Concursos e Pro	
- Operações de C	
- COFINS	
- COFINS/LOAS	
	mp. e Contrib EPU
- Devolução do P	lano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros

69,4	3.195.416	1.885.863	115,8	(9,4)	385.242	425.080	178.543
(29,9)	338.384	482.439	(16,1)	95,4	42.694	21.854	50.903
-	-	-	-	-	-	-	-
(18,2)	1.250.674	1.528.794	103,8	(645,1)	330.045	(60.545)	161.949
(24,0)	(229.671)	(302.229)	(59,7)	30,8	(23.615)	(18.053)	(58.607)
(57,9)	147.362	349.900	17,2	(66,9)	130	394	111
34,0	372.407	278.007	(73,8)	(2,8)	19.185	19.746	73.118
(3,5)	23.243.249	24.075.262	(109,2)	(91,1)	521.784	5.856.846	(5.660.611)
(14,3)	50.160.002	58.553.601	(68,0)	15,5	3.628.763	3.142.873	11.341.895
(23,3)	6.639.159	8.658.400	(32,2)	(20,1)	272.622	341.194	402.218
(23,5)	168.786	220.660	(32,8)	1,1	19.269	19.066	28.655
(99,8)	10	4.503	-	-	-	-	-
2,7	12.838.586	12.505.298	(23,2)	(0,1)	330.075	330.552	429.953
4,5	21.904.954	20.967.143	21,9	46,1	2.513.000	1.720.488	2.062.171
3,5	986.752	953.736	7,1	(60,1)	62.800	157.502	58.664
-	-	-	-	-	-	-	-
continua :							

VALORES EM MIL R\$ DE OUT/2011 - INPC

VAR. III/I

**EM** %

6,1

1,6

9,7

8,1

5,7

(19,5)

542,2

VAR. III/II

**EM** %

(22,8)

(13,6)

2,9

1,6

(1,8)

2,0

(42,6)

ACUM. JAN.

A OUT-11 - V

110.666.961

288.841.015

214.917.995

193.929.705

16.765.545

102.589

1.594

ACUM. JAN.

A OUT-10 - IV

140.550.660

279.617.289

196.360.518

178.210.170

14.828.348

116.174

619

VAR. ACUM.

V/IVEM%

(21,3)

3,3

9,5

8,8

13,1

(11,7)

157,6

SET-11

15.062.581

30.951.238

21.931.380

19.810.736

1.785.579

9.395

258

**OUT-11** 

11.624.518

26.745.412

22.575.550

20.120.716

1.753.254

9.584

148

**OUT-10** 

10.960.075

26.330.184

20.575.671 18.609.790

1.659.079

11.912

23

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

> (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

- (3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.
- (4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.
- (5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
  - (6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
    - (7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
    - (8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
  - (9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
    - (10) Reúne pagamentos realizados a ativos. inativos e pensionistas do quadro do INSS.
  - (11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Servicos de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
  - (12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/ FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC. SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.
    - (13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado

#### ITENS DE RECEITA E DESPESA

_		
- Recursos	()rdinários	<ul> <li>Contrapartida</li> </ul>

- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro Contrapartida)
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira CPMF

#### 3. PAGAMENTOS

#### 3.1. PAGAMENTOS INSS

#### 3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios

#### 3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

#### 3.1.1.1. Pagos pelo INSS

3.1.1.1.2. Sentencas Judiciais - TRF(9)

#### 3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS

#### 3.1.1.2.1. EPU T.N.

#### 3.1.1.2.2. LOAS

#### 3.1.2. PESSOAL(10)

#### 3.1.3. CUSTEIO (11)

#### 3.2. TRANSF, A TERCEIROS (12)

#### 4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)

- 5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 3.1.1.1)
- 6. SALDO ARREC. LÍQ. BENEF. (4 3.1.1)

#### 7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)

#### 8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)

VALORES EM MIL R\$ DE OUT/2011 - INPC								
OUT-10         SET-11         OUT-11         VAR. III/II         VAR. III/I         ACUM. JAN.         ACUM. JAN.         VAR. ACU           I         II         III         EM %         A OUT-10 - IV         A OUT-11 - V         V / IV EM								
-	-	-	-	-	-	-	-	
8.360.234	574.069	430.997	(24,9)	(94,8)	15.224.930	7.621.755	(49,9)	
-	-	-	-	-	18.930	-	(100,0)	
25.934.802	34.371.958	26.918.117	(21,7)	3,8	272.522.374	282.874.003	3,8	
24.092.645	32.297.318	24.864.198	(23,0)	3,2	253.489.549	261.697.995	3,2	
23.130.108	31.449.163	24.044.996	(23,5)	4,0	243.603.832	252.333.712	3,6	
23.365.289	31.700.933	24.475.820	(22,8)	4,8	245.206.940	254.149.890	3,6	
(213.162)	(228.705)	(401.145)	75,4	88,2	(1.436.512)	(1.579.989)	10,0	
21.050.853	29.237.091	21.849.774	(25,3)	3,8	222.849.280	230.532.424	3,4	
20.687.550	28.817.024	21.533.620	(25,3)	4,1	215.757.032	224.146.690	3,9	
363.303	420.067	316.154	(24,7)	(13,0)	7.092.248	6.385.734	(10,0)	
2.079.255	2.212.072	2.195.221	(0,8)	5,6	20.754.552	21.801.288	5,0	
68.737	106.722	81.557	(23,6)	18,7	760.410	783.653	3,1	
2.010.518	2.105.350	2.113.664	0,4	5,1	19.994.142	21.017.634	5,1	
735.381	680.844	674.339	(1,0)	(8,3)	7.835.067	7.455.634	(4,8)	
227.157	167.310	144.864	(13,4)	(36,2)	2.050.649	1.908.649	(6,9)	
1.842.157	2.074.640	2.053.919	(1,0)	11,5	19.032.826	21.176.008	11,3	
18.733.515	19.856.740	20.521.631	3,3	9,5	177.327.692	193.741.987	9,3	
(2.317.338)	(9.380.351)	(1.328.144)	(85,8)	(42,7)	(45.521.588)	(36.790.437)	(19,2)	
(4.396.593)	(11.592.423)	(3.523.365)	(69,6)	(19,9)	(66.276.140)	(58.591.725)	(11,6)	
395.382	(3.420.720)	(172.705)	(95,0)	(143,7)	7.094.915	5.967.012	(15,9)	
11.355.457	11.641.860	11.451.813	(1,6)	0,8	11.355.457	11.451.813	0,8	

#### Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios

> (R\$ milhões de Out/2011 - INPC)

Fonte: CGF/INSS: Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os beneficios previdenciários.

> (3) A partir de 1999, considerase a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

jun/10

jul/10

ago/10

set/10

out/10

nov/10

26.052

26.052

26.052

26.052

26.052

20.810

1.492

1.492

1.492

1.492

1.492

1.891

	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
PERÍODO	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F=
				(D)		(C - D)
VALORES	REFERENTES	AO ACUMULADO AT	TÉ O MÊS DE OU	TUBRO, A PREÇOS	DE OUT/20	11 INPC
2001	104.885	7.554	97.332	114.340	117,5	(17.008)
2002	107.866	7.514	100.352	122.136	121,7	(21.784)
2003	102.743	7.415	95.328	124.441	130,5	(29.113)
2004	114.091	8.624	105.467	138.690	131,5	(33.223)
2005	123.304	8.396	114.908	152.773	133,0	(37.865)
2006	137.270	10.447	126.823	176.012	138,8	(49.189)
2007	152.767	14.036	138.731	187.698	135,3	(48.967)
2008	168.388	16.614	151.774	192.125	126,6	(40.351)
2009	176.132	17.323	158.808	206.011	129,7	(47.202)
2010	196.361	19.033	177.328	222.849	125,7	(45.522)
2011	214.918	21.176	193.742	230.532	119,0	(36.790)
out/09	26.052	1.492	24.560	29.373	119,6	(4.813)
nov/09	26.052	1.492	24.560	29.373	119,6	(4.813)
dez/09	26.052	1.492	24.560	29.373	119,6	(4.813)
jan/10	26.052	1.492	24.560	29.373	119,6	(4.813)
fev/10	26.052	1.492	24.560	29.373	119,6	(4.813)
mar/10	26.052	1.492	24.560	29.373	119,6	(4.813)
abr/10	26.052	1.492	24.560	29.373	119,6	(4.813)
mai/10	26.052	1.492	24.560	29.373	119,6	(4.813)

24.560

24.560

24.560

24.560

24.560

18.919

29.373

29.373

29.373

29.373

29.373

23.590

119,6

119,6

119,6

119,6

119,6

124,7

continua 🗉

(4.813)

(4.813)

(4.813)

(4.813)

(4.813)

(4.671)

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F=
				(D)	E=(D/C)	(C - D)

# VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE OUTUBRO, A PREÇOS DE OUT/2011 INPC

dez/10         33.919         1.886         32.033         28.386         88,6         3.647           jan/11         21.133         3.338         17.795         20.936         117,7         (3.142)           fev/11         20.350         1.966         18.384         21.812         118,7         (3.429)           mar/11         20.432         1.920         18.512         21.733         117,4         (3.221)           abr/11         20.803         1.886         18.916         24.760         130,9         (5.844)           mai/11         21.237         1.927         19.310         21.764         112,7         (2.454)           jun/11         21.837         1.991         19.846         21.773         109,7         (1.927)           jul/11         21.978         1.986         19.992         22.102         110,6         (2.110)           ago/11         22.642         2.034         20.609         24.565         119,2         (3.956)           set/11         21.931         2.075         19.857         29.237         147,2         (9.380)           out/11         22.576         2.054         20.522         21.850         106,5         (1.328)  <					,		
fev/11         20.350         1.966         18.384         21.812         118,7         (3.429)           mar/11         20.432         1.920         18.512         21.733         117,4         (3.221)           abr/11         20.803         1.886         18.916         24.760         130,9         (5.844)           mai/11         21.237         1.927         19.310         21.764         112,7         (2.454)           jun/11         21.837         1.991         19.846         21.773         109,7         (1.927)           jul/11         21.978         1.986         19.992         22.102         110,6         (2.110)           ago/11         22.642         2.034         20.609         24.565         119,2         (3.956)           set/11         21.931         2.075         19.857         29.237         147,2         (9.380)	dez/10	33.919	1.886	32.033	28.386	88,6	3.647
mar/11         20.432         1.920         18.512         21.733         117,4         (3.221)           abr/11         20.803         1.886         18.916         24.760         130,9         (5.844)           mai/11         21.237         1.927         19.310         21.764         112,7         (2.454)           jun/11         21.837         1.991         19.846         21.773         109,7         (1.927)           jul/11         21.978         1.986         19.992         22.102         110,6         (2.110)           ago/11         22.642         2.034         20.609         24.565         119,2         (3.956)           set/11         21.931         2.075         19.857         29.237         147,2         (9.380)	jan/11	21.133	3.338	17.795	20.936	117,7	(3.142)
abr/11         20.803         1.886         18.916         24.760         130,9         (5.844)           mai/11         21.237         1.927         19.310         21.764         112,7         (2.454)           jun/11         21.837         1.991         19.846         21.773         109,7         (1.927)           jul/11         21.978         1.986         19.992         22.102         110,6         (2.110)           ago/11         22.642         2.034         20.609         24.565         119,2         (3.956)           set/11         21.931         2.075         19.857         29.237         147,2         (9.380)	fev/11	20.350	1.966	18.384	21.812	118,7	(3.429)
mai/11         21.237         1.927         19.310         21.764         112,7         (2.454)           jun/11         21.837         1.991         19.846         21.773         109,7         (1.927)           jul/11         21.978         1.986         19.992         22.102         110,6         (2.110)           ago/11         22.642         2.034         20.609         24.565         119,2         (3.956)           set/11         21.931         2.075         19.857         29.237         147,2         (9.380)	mar/11	20.432	1.920	18.512	21.733	117,4	(3.221)
jun/11         21.837         1.991         19.846         21.773         109,7         (1.927)           jul/11         21.978         1.986         19.992         22.102         110,6         (2.110)           ago/11         22.642         2.034         20.609         24.565         119,2         (3.956)           set/11         21.931         2.075         19.857         29.237         147,2         (9.380)	abr/11	20.803	1.886	18.916	24.760	130,9	(5.844)
jul/11     21.978     1.986     19.992     22.102     110,6     (2.110)       ago/11     22.642     2.034     20.609     24.565     119,2     (3.956)       set/11     21.931     2.075     19.857     29.237     147,2     (9.380)	mai/11	21.237	1.927	19.310	21.764	112,7	(2.454)
ago/11     22.642     2.034     20.609     24.565     119,2     (3.956)       set/11     21.931     2.075     19.857     29.237     147,2     (9.380)	jun/11	21.837	1.991	19.846	21.773	109,7	(1.927)
set/11 21.931 2.075 19.857 29.237 147,2 (9.380)	jul/11	21.978	1.986	19.992	22.102	110,6	(2.110)
	ago/11	22.642	2.034	20.609	24.565	119,2	(3.956)
out/11 22.576 2.054 20.522 21.850 106,5 (1.328)	set/11	21.931	2.075	19.857	29.237	147,2	(9.380)
	out/11	22.576	2.054	20.522	21.850	106,5	(1.328)

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de Out/2011 - INPC)



conclusão ■

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios (Acumulado até o mês de Outubro de cada ano, em R\$ milhões de Out/2011 - INPC)

### Legenda

- Arrecadação Líquida
- Benefícios Previdenciários

